

O conceito de espaço rural em questão

El concepto de ambiente rural en cuestión

The concept of the rural space in question

Marta Inez Medeiros Marques

Professora Doutora do Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo.

Correio eletrônico: mimmar@usp.br

Resumo

Este ensaio visa contribuir para o atual debate em torno das mudanças verificadas no campo e da necessidade de repensar o conceito de espaço rural e suas possibilidades de desenvolvimento. Na primeira parte, são apresentados e discutidos, criticamente, tanto o conceito de espaço rural adotado no Brasil como teorias sobre o rural e o urbano elaboradas pela sociologia e pela geografia. Em seguida, são analisados os significados que o espaço rural assume em diferentes períodos na sociedade ocidental à luz da relação cidade-campo, com base nas idéias de autores como Marx, Lefebvre e Williams. Estes dois espaços são pensados como segmentos de uma totalidade dialética, ou seja, totalidade cuja unidade se forma na diversidade.

Palavras-chave

Espaço rural – Relação cidade-campo – Ruralidade – Desenvolvimento rural.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 95-112	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	-----------	----------------

Resúmen

El objetivo de este ensayo es contribuir para el debate actual acerca de los cambios en el campo y de la necesidad de reflexionar sobre el concepto de ambiente rural y sus posibilidades de desarrollo. En la primera parte, el concepto de ambiente rural utilizado en Brasil es presentado y analizado en conjunto con las teorías acerca del rural y del ambiente urbano concebidas por la sociología y por la geografía. En seguida, los significados del ambiente rural en la historia de la sociedad occidental son analizados a la luz de la relación ciudad-campo basados en ideas de Marx, Lefébvre e Williams. De acuerdo con una perspectiva dialéctica, estos dos ambientes no pueden ser comprendidos separadamente.

Palabras clave

Ambiente rural – Relación ciudad campo – Ruralidad – Desarrollo rural.

Abstract

This paper intends to contribute to the current debate on the changes verified in the countryside and the necessity of rethinking the concept of rural space and its alternatives of development. The first part presents and critically discuss the concept of rural space adopted by the Brazilian legislation and the theories about the rural and the urban as elaborated by sociologists and geographers. The text analyses the meanings of rural space in different phases of the western society vis-à-vis the country-city relations, based on Marx, Lefébvre and Williams ideas. These two spaces are apprehended as parts of a dialect totality, that is, a totality which unity results from diversity.

Keywords

Rural space – Country-city relations – Rurality – Rural development.

Apresentação

Este ensaio analisa o espaço rural e seu significado à luz da relação cidade-campo, pois, conforme se verá a seguir, estes dois espaços não podem ser compreendidos separadamente.

O espaço rural tem passado recentemente por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdo social, o que tem levado ao surgimento de uma série de estudos e pesquisas sobre o tema em vários países, sobretudo nos países desenvolvidos, onde esse processo apresenta maior importância.

No caso do Brasil, o despertar para esta problemática tem se dado principalmente entre os estudiosos comprometidos com a discussão de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o país, ou seja, a partir de uma perspectiva instrumentalista. Para estes, a superação da extrema desigualdade social que marca a sociedade brasileira passa obrigatoriamente pela definição de políticas de valorização do campo.

O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, esta opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes.

O avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação de suas lutas, têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

Além disso, nos principais centros urbanos do país vive-se uma situação de crise, marcada por um forte aumento da violência e do desemprego, além das péssimas condições de saúde,

educação e habitação enfrentadas por grande parte de seus moradores. O intenso processo de êxodo rural verificado na segunda metade do século XX, responsável pelo alto grau de urbanização alcançado por nossa população, encontra-se hoje em fase de desaceleração, tornando-se cada vez mais significativa a migração entre pequenos municípios rurais e o movimento cidade-campo.

Apesar de o Brasil ser um país de população predominantemente urbana, com apenas cerca de 20% de sua população residindo em áreas rurais, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, grande parte de nosso vasto território permanece rural e apresenta forte potencial agrícola.

A pobreza é proporcionalmente muito maior no campo do que na cidade, atingindo 39% da população rural em 1990 (IPEA, 1996). É também neste espaço onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país. A agricultura concentra hoje os mais baixos níveis de renda média.

Porém, em contraste com esta situação e demonstrando didaticamente a importância e pertinência de uma distribuição de terras mais justa para se alcançar o desenvolvimento social e econômico do campo, podemos citar o exemplo de alguns municípios do sul do país, onde a produção camponesa tem peso significativo e são observados boa parte de nossos maiores índices de desenvolvimento humano (IPEA, 1996). Como é o caso dos municípios de: Feliz, Paraí, Nova Prata e Salvador do Sul no Rio Grande do Sul e de Indaial, Gaspar, Videira e Timbó em Santa Catarina (Veiga, 2002, p. 121).

A grande diversidade social de nosso campo se associa à sua diversidade natural, o que se reflete na complexidade de sua problemática social e ambiental, ao mesmo tempo em que representa um imenso potencial para o seu desenvolvimento. Para se poder avaliar melhor a tal potencialidade, é preciso compreender o(s) significado(s) que apresenta o espaço rural.

O texto se inicia com algumas considerações a respeito de definições sobre os espaços rural e urbano elaboradas no âmbito das ciências sociais bem como por instituições oficiais. Em seguida é analisada a relação cidade-campo com base em idéias desenvolvidas por Marx, Lefévre e Williams na busca de compreender o significado da ruralidade em diferentes fases de sociedade moderna capitalista. Nas considerações finais, trata-se de forma sucinta do campo no Brasil e do princípio que deve nortear uma proposta de estratégia para o seu desenvolvimento.

A nossa definição oficial de espaço urbano e rural

No Brasil, adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (1999).

Conforme salienta Grabois (2001), não é feita qualquer referência às *funções* peculiares dos diferentes aglomerados que constituem um fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano.

Nessa classificação, o *espaço rural* corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais.

Veiga (2002) chama atenção para o fato de que este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes, o que seria ainda pior no caso de algumas sedes distritais. Tal distorção nos levaria a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, resultando numa superestimação de

nosso grau de urbanização. O autor ainda qualifica como “anacrônica e aberrante” a fronteira inframunicipal entre o rural e o urbano estabelecida por esta classificação (Veiga, 2002, p. 112).

Ele sugere o uso combinado de três critérios para evitar a ilusão imposta pela atual norma legal, a saber: *o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização*. Segundo ele, “não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos” identificados no estudo *Caracterização e tendências de Rede Urbana do Brasil* de 1999. Nessa teia urbana estaria o Brasil “*inequivocamente urbano*”, que corresponde a 57% de nossa população.

Para ele, a densidade demográfica constitui um critério muito importante para permitir a diferenciação entre urbano e rural do restante dos municípios que se encontram fora dessa teia. Pois, é o indicador que melhor expressa a “pressão antrópica” e reflete as modificações do meio natural ou o grau de *artificialização dos ecossistemas* que resultam de atividades humanas, sendo o que de fato indicaria o grau de urbanização dos territórios.

Assim, com base na combinação da densidade demográfica e do tamanho populacional o autor considera de pequeno porte os municípios que apresentam simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km² e conclui que 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população são *essencialmente rurais*. Os 13% restantes da população caberiam numa categoria intermediária, que pode ser denominada como “rurbana” (idem, p. 33-35).

Segundo Veiga, o rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à “antiquada dicotomia” entre cidade e campo, tendo esta sido substituída por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as *aglomerações* e as *microrregiões*. Assim, é preciso considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem *menos artificializados*, ou seja, *espaços rurais*, para a definição de uma estratégia realista de desenvolvimento baseada numa articulação horizontal de intervenções (idem, p. 37-38 e 49).

Afirma o autor, que se tornou claro para os analistas o fato de que as possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural dependem dos laços que ela mantém com centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região (idem, p. 97).

Esta constatação teria levado a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a, considerando como unidade de base rural toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab./km², classificar a partir de 1994 as regiões de seus países membros em três categorias. A unidade de base rural pode apresentar um núcleo urbano com densidade demográfica superior a 150 hab./km², desde que o resultado geral, computando-se a área de entorno, não ultrapasse este patamar (Abramovay, 2000).

As categorias definidas são as seguintes:

- *essencialmente rurais*: são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais;
- *relativamente rurais*: são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; e
- *essencialmente urbanizadas*: são aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Veiga (2002, p. 33) parece se inspirar de certa forma nesta classificação ao propor a divisão do território brasileiro em *inequivocamente urbano*, *essencialmente rural* e em condições intermediárias.

Segundo ele, as relações cidade-campo teriam mudado radicalmente na segunda metade do século XX, sem contudo reduzir o contraste entre estes espaços.

“O que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. *O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria*” (idem, p. 95, grifo nosso).

Veiga preocupa-se em defender a viabilidade econômica do espaço rural e por isso busca superar a concepção de espaço rural como sinônimo de atraso, enfatizando o dinamismo encontrado hoje nestas áreas em países desenvolvidos. Para ele o principal trunfo econômico destes espaços seria o seu patrimônio cultural e natural. Este último corresponde às amenidades rurais, ou seja, ar puro, belas paisagens, contatos com animais, etc. A capacidade de valorizar tais amenidades, atraindo investimentos da indústria do lazer, deslocaria a base da economia rural da exportação de produtos primários e manufaturados para a oferta de serviços e importação de pessoas, dinheiro público e renda de origem urbana.

Apesar da importância das questões tratadas por Veiga e da relevância de sua iniciativa no sentido de propor uma classificação mais adequada de nossa realidade espacial, sua análise, de caráter instrumental, restringe-se a uma perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade-campo. Desta forma, o autor apreende de forma naturalizada a manipulação da imagem do espaço rural como espaço natural, defendendo a necessidade de se tirar vantagem desta tendência, que transforma o espaço rural em objeto de consumo.

Uma outra contribuição importante a essa discussão é feita por Alentejano (s.d.) em “O MST/RJ, o rural, o urbano e a pluriatividade”. O autor defende que o desenvolvimento do capitalismo e a “industrialização” da agricultura desencadeiam a urbanização do campo. O que seria reforçado pela proliferação de atividades não-agrícolas no campo, antes eminentemente urbanas como o turismo, comércio e prestação de serviços. Contudo, embora tendo o seu significado alterado, o rural permaneceria por ter uma natureza distinta do urbano. “Enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, *o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas*” (Alentejano, [s. d.], p. 7, grifo nosso).

Segundo ele, cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, uma territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade quem distingue, em sua opinião, o rural do urbano. O urbano representaria relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural refletiria uma vinculação local mais intensa.

Sobre critérios e definições, em questão a perspectiva dicotômica

Há muita divergência quanto ao modo de definir o rural e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam.

Os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. Os principais critérios tradicionalmente empregados são: 1. discriminação a partir de um determinado patamar populacional; 2. a predominância da atividade agrícola; 3. delimitação político-administrativa.

Segundo Abramovay, a literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado da *ruralidade* nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano (2000, p. 6).

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

As idéias de Sorokin e Zimmermann (1986), de marcado caráter dicotômico, constituem uma referência fundamental na discussão da temática rural-urbano. Elas foram apresentadas na década de 30 do século XX, sob o forte impacto das mudanças provocadas pela expansão do sistema capitalista, e enfatizavam as diferenças entre estes meios decorrentes da maior complexidade do mundo urbano e da maior mobilidade social e espacial de sua população, cujo ritmo de vida é cada vez mais marcado por deslocamentos diários entre o trabalho e a residência numa “correria desvaivada”.

Os autores defenderam que a construção de uma definição sociológica desses universos requer uma combinação de vários traços, ou seja, deve ser uma definição composta, reconhecendo a dificuldade de se proceder a uma classificação do mundo rural e do mundo urbano a partir de uma única característica.

As diferenças fundamentais identificadas por eles entre estes dois meios sociais se referem a características de ordem econômica, espacial, social e cultural consideradas a partir de oito traços: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração.

Segundo estes autores, a cidade foi desde os seus primórdios uma sociedade complexa formada por uma multiplicidade de grupos secundários, constituindo um corpo social mais diferenciado do que uma vila rural.

Na segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização e com a “industrialização” da agricultura, ganham expressão os estudos que defendem a idéia de continuum rural-urbano. Ou seja, afirma-se a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização deste e a destruição de formas arcaicas. Admite-se diferenças de intensidade e não contraste entre estes dois espaços, em relação aos quais não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo. São representativos desta abordagem os trabalhos realizados neste período por H. Mendras na França e por R. E. Pahl nos Estados Unidos (Kaysner, 1990).

“Cidadãos e rurais formam de certa forma uma sociedade única: eles participam de uma mesma civilização... De fato, não existe solução de continuidade entre a metrópole, a grande cidade, a pequena cidade, o burgo e o povoado e seria abusivo cavar um fosso entre estes dois extremos. Todas as estatísticas revelam ao contrário diferenças de intensidade e não de contraste” (Mendras apud Kaysner, 1990, p. 16).

Analisando atentamente as duas abordagens, vê-se que a idéia de *continuum rural-urbano* também se apóia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos

numa escala de gradação. Na medida em que o rural e o urbano são tratados como pólos de um contínuo, está, de certa forma, subentendida uma diferença qualitativa entre eles (Solari, 1972).

Historicamente, tanto na geografia como na sociologia tem predominado a adoção do enfoque dicotômico. Este enfoque tem como uma de suas principais fontes de inspiração as idéias de Tönnies sobre comunidade e sociedade, como se pode ver em trabalhos como o acima referido de Sorokin e Zimmermann. Tönnies deu expressão ao contraste conceitual entre o comunitário e o não-comunitário através dos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* em fins do século XIX, num contexto social marcado pela reação ao avanço das idéias e valores do racionalismo individualista. Assim, a antítese comunidade/sociedade se liga à antítese tradicional/moderno e tem sido transferida para a oposição campo/cidade com frequência.

Para Tönnies, a comunidade (*Gemeinschaft*) refere-se a um princípio de organização social caracterizado por relações pessoais, face a face, vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal é integral e direto. A sociedade (*Gesellschaft*), por sua vez, é marcada por relações impessoais e laços contratuais (Nisbet, 1986a, p. 41-61). A definição de rural que se apóia nesta perspectiva identifica o mundo rural com um passado idealizado que se apresenta como negação da sociedade urbana moderna.

Para Martins (1986), a ambigüidade acima referida se encontra na origem mesmo do conhecimento sociológico e expressa a influência simultânea do conservadorismo e do cientificismo. Segundo ele, a sociologia surge como uma modalidade de conhecimento contida no bojo do pensamento conservador, constituindo-se a partir de idéias-elementos¹ conservadoras que respondem a idéias-elementos do pensamento burguês e liberal da fase de formação da sociedade capitalista. Daí o surgimento dos seguintes pares de idéias constitutivas opostas: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano e alienação/progresso. “A análise sociológica estaria, assim, projetando inevitavelmente a sombra do tradicionalismo (no caso, o tradicionalismo medieval) sobre a sociedade capitalista” (Martins, 1986, p. 18).

Esta ambigüidade de origem tende a resolver-se no nível do conhecimento na medida em que a sociologia envereda pela análise de dicotomias: tradicional/moderno, rural/urbano, tradicional/racional, pré-capitalista/capitalista etc. A ambigüidade, e não a contradição, é proposta como fundamento de diagnóstico das descontinuidades da vida social, de modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade.

De acordo com Martins, a sociologia rural nasce para explicar uma situação de crise que provoca a necessidade de refletir sobre o mundo rural. Esta crise é marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à intensa migração do campo para a cidade e conseqüente esvaziamento do campo, além da invasão deste pelas cidades. Assim, a sociologia rural reproduz a ambigüidade fundamental da sociologia e surge como conhecimento instrumental voltado para a superação do atraso do campo.

A perspectiva dicotômica permite a oscilação entre os dois pólos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na idéia de progresso e valorizando o moderno.

Desde fins dos anos 70, pode-se falar de uma retomada da abordagem dicotômica relacionada a uma redefinição da relação cidade-campo resultante da “crise urbana” e da degradação geral das condições de vida na cidade. Neste contexto, intelectuais franceses como M. Jollivet e o próprio H. Mendras, dentre outros, têm criticado a idéia de que tudo é urbano, o que, segundo eles, repousaria sobre uma confusão entre modo de vida e prática de consumo e um equívoco sobre o sentido do termo urbanização. Para eles, recentemente tem aumentado o contraste entre estas duas

1. Idéias-elementos são idéias mediadoras na produção da auto-explicação da sociedade capitalista. Idéias-elementos significam, pois, perspectivas de análise (Martins, 1986, p. 17-18).

realidades na medida em que a imagem do rural como próximo à natureza passa a desempenhar um papel cada vez mais importante nas representações da sociedade moderna, opondo-se ao artificialismo da vida urbana (Kayser, 1990).

Nas últimas décadas, tem-se observado nos Estados Unidos e na França, dentre outros países, a revalorização de determinadas áreas rurais e o seu conseqüente crescimento populacional. Além disso, muitas vezes este dinamismo está relacionado à presença crescente de pessoas ligadas a atividades não-agrícolas residentes nestas áreas. Tudo isto tem levado institutos de pesquisa destes países a conceberem novas formas de apreender esta realidade, a partir da delimitação de espaços formados pela unidade cidade-campo e da análise de sua dinâmica territorial como é o caso da classificação adotada pela OCDE a partir de 1994 mencionada anteriormente.

B. Kayser (1990) define o *espaço rural* de forma descritiva como *um modo particular de utilização do espaço e de vida social* que apresenta como características: (a) uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, dando origem a paisagens com preponderância de cobertura vegetal; (b) um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril; (c) um modo de vida dos habitantes caracterizado pelo pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por sua relação particular com o espaço e (d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente relacionadas à cultura camponesa (acredito que esta característica decorre da anterior).

Ele observa ainda que se trata de uma noção aplicável a uma certa escala, necessitando de um mínimo de extensão e continuidade e também implicando um certo nível de organização administrativa e controle pela coletividade territorial.

Dando seqüência a seu argumento, Kayser procura ultrapassar a pura descrição e propõe uma análise da *ruralidade* evitando compreender o rural de hoje a partir de seu passado ou em relação ao urbano. Assim, *o autor define o rural como uma forma específica de relação da sociedade com o espaço que apresenta um caráter dominante: a sua inscrição local*. Este fato tem como uma de suas principais conseqüências tornar vazia a noção de sociedade rural no singular e impedir que a população rural se pense como um conjunto social, dificultando a construção de projetos coletivos entre unidades rurais situadas em torno de uma pequena cidade. Apesar de estas unidades estarem inegavelmente abertas a influências externas via uma diversidade de redes de comunicação que as ligam diretamente às grandes cidades.

Em estudo posterior Kayser (2001) analisa impactos do deslocamento de pessoas da cidade em direção ao campo verificado na última década na França. Estas migram, em sua maioria, em busca de melhor qualidade de vida e melhor educação para seus filhos. Segundo ele, estes novos habitantes rurais não estão em comunicação direta com a natureza como os camponeses, apresentando uma relação mais distante. Estas pessoas constituem uma nova categoria, os *“citadins au village”*, e tendem a valorizar menos as visitas a parques, trilhas e florestas do que os próprios habitantes das grandes cidades. Para eles, o importante é sentir-se vivendo a *“céu aberto”*.

Neste sentido, Kayser fala em triunfo da urbanidade. O meio rural se encontraria hoje completamente integrado ao conjunto social e espacial do país.

“A urbanidade submergiu o campo. *Diferentes seguramente enquanto meios, enquanto ambiente*, o campo está povoado por *“rurais”* cuja especificidade foi apagada em favor da homogeneização da sociedade inteira. Os agricultores perderam o seu lugar de destaque, nós os veremos mais distantes, em favor de uma larga representação das classes médias, dominantes na França” (Kayser, 2001, p. 156, grifo nosso).

O sistema de valores encontrado na população rural de outrora, marcado por solidariedades coletivas, é substituído pela *“cultura do zapping”* e pelo individualismo. O povoado transforma-se

numa coleção de indivíduos, de famílias, que rejeitam assumir qualquer responsabilidade na vida coletiva (idem, p. 157).

O contraste de imagens entre o rural e o urbano é reforçado ainda mais com a transformação da paisagem rural em objeto de consumo e a tendência crescente de elaboração e/ou valorização de identidades rurais para atender a exigências mercadológicas. Estas mudanças observadas de modo mais significativo em países desenvolvidos como a França levam à passagem da imagem do campo ligada à produção, à atividade agrícola, para a imagem-consumo. O olhar torna-se mais importante que o fato econômico, *o campo é hoje uma paisagem em primeiro lugar* (Kayser, 2001).

Mas é importante que não se confunda campo com natureza. O campo é obra secular dos homens: ele é cultivado, artificializado. Segundo Kayser, citando Jean Viard, “o campo é um dos monumentos da civilização urbana” é “um espaço construído onde a natureza assusta sempre um pouco.”

A alienação do modo de vida urbano e a idealização da ruralidade

Em estudo sobre a literatura e a história inglesas entre os séculos XVI e XX, Williams identificou a permanência dos ideais de inocência bucólica e da cidade como agente civilizador em diversas épocas, bem como das idéias a respeito da idiotice do campo ou corrupção da cidade. O que o levou a se perguntar: “que tipo de experiência estas idéias parecem interpretar e por que certas formas ocorrem ou recorrem nesse ou naquele momento?” (Williams, 1990, p. 388)

Williams acredita que, em determinados momentos, as idéias sobre a cidade e o campo podem representar formas de isolamento e identificação de processos sociais mais gerais, apesar de reconhecer a multiplicidade de formas e conteúdos assumidos por estas idéias, em decorrência da diversidade de experiências vivenciadas por cada grupo ou classe social em contextos sócio-espaciais e históricos distintos.

Assim, para ele, o contraste entre cidade e campo que prevalece em nosso imaginário é uma das principais maneiras de tomarmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade capitalista, marcada pela intensidade e velocidade dos processos de transformação.

O capitalismo é, em termos de história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações nas relações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos deste modo de produção. Por isso, a cidade é comumente vista como representação do capitalismo. No entanto, segundo Williams,

“A cidade é apenas uma maneira convencional de se ver essa espécie de transformação; e o campo, como agora quase todos sabem, é sem dúvida outra. De fato, a mudança da atitude mais antiga de admiração pela terra cultivada para o amor intenso aos lugares em que a natureza permanece ‘intocada’ é um registro preciso deste processo persistente, e de seus efeitos em uma de suas etapas mais ativas” (idem, p. 393).

A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, correspondem à culminação do processo de divisão e especialização do trabalho que, com o capitalismo, foi desenvolvido a um grau extraordinário. O autor nos convida a superarmos tal divisão que estaria na base do processo de alienação e nos tornaria seres divididos. *A imagem idealizada do campo corresponderia, assim, a uma reação crítica à forma alienada das relações sociais dominantes.*

“A indiferença competitiva e a sensação de isolamento nas cidades grandes têm uma relação profunda com as formas de competição social e alienação que são promovidas exatamente por este tipo de sistema (capitalista). Estas experiências nunca são exclusivas, já que, no contexto destas pressões e limitações, as pessoas encontram outras soluções, formam outras ligações e tentam viver com base em outros valores. Porém o impulso central permanece” (idem, p. 395).

Williams defende que as concepções de campo e cidade, em seu direcionamento geral, representam posicionamentos em relação ao sistema social global e que desde os primórdios do modo capitalista de produção as imagens que temos da cidade e do campo constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social, por isso precisamos examinar suas inter-relações e, através destas, a forma concreta da crise subjacente (idem, p. 397-398).

Como em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a da cidade ao futuro, à modernização e ao desenvolvimento, fica faltando o presente. O presente é vivenciado como tensão que remete a uma crítica aos modos de ação e percepção distanciados, externos, decorrentes do modo de produção dominante, modos de consumir em vez de desfrutar de pessoas e coisas.

Dada a escala e complexidade dos fenômenos da sociedade moderna, cujo exemplo mais evidente seria a cidade, são necessárias novas formas de comunicação para desempenhar o papel de mediação nas relações do indivíduo com o mundo, sendo estruturada a partir de conteúdos que, em boa parte, consiste num sucedâneo de relações diretas com o mundo.

Assim, as novas formas de comunicação e acesso à informação como o jornal matutino, o programa de rádio na hora do café e a programação noturna da televisão contribuiriam para a configuração de nosso senso social fundamental, formando uma subjetividade profunda que nos identifica enquanto indivíduos e ao mesmo tempo nos conduz à descoberta de uma consciência compartilhada. No entanto, trata-se de uma forma específica de consciência, determinada por relações unilaterais com o mundo, definidas por uma minoria que controla estes veículos e, portanto, criadas a partir de formulações externas de uma realidade.

“Não é tanto a aldeia antiga ou a ruína de outrora que é significativa, e sim a percepção e a afirmação de um mundo onde o sujeito não é necessariamente um estranho e um agente, onde ele pode ser um membro, um descobridor, numa fonte de vida compartilhada” (idem, p. 399).

Para compreender as imagens do campo e da cidade é preciso examinar os processos sociais concretos de alienação, separação, exterioridade e abstração de modo crítico. É preciso também recuperar a história do capitalismo rural e urbano, afirmando as experiências de relações diretas, recíprocas e cooperativas que são descobertas e redescobertas muitas vezes sob pressão. Nem a cidade irá salvar o campo, nem o campo, a cidade.

A relação cidade-campo

Em meados do século XIX Marx escreve:

“A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à nação e persiste através de toda história da civilização até nossos dias” (1987, p. 78).

Será que esta afirmação ainda se aplica à realidade de hoje? No início da segunda metade do século XX Lefebvre escreve:

“Outrora a Razão teve na Cidade seu lugar de nascimento, sua sede, sua casa. Face à ruralidade, à vida camponesa aprisionada na natureza, à terra sacralizada e cheia de forças obscuras, a urbanidade afirmava-se como razoável. Atualmente, a racionalidade passa (ou parece passar, ou pretende passar) longe da cidade, acima dela, na escala do território nacional ou do continente” (1969, p. 74).

Nesta seção, buscar-se-á compreender o significado da ruralidade partindo-se da análise da relação cidade-campo ao longo do tempo no ocidente. Será adotada a periodização histórica proposta por Lefebvre, que identifica três eras: *a era agrária, a era industrial e a era urbana*.

O breve resgate histórico apresentado a seguir buscará identificar as *funções* assumidas por estes dois espaços em diferentes momentos, a partir da influência da estrutura econômica e social dominante. O espaço rural e o espaço urbano serão concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. O que se fará com base no conceito de *divisão social do trabalho*, considerando-se a influência da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

Nas *sociedades agrárias*, as cidades arcaicas eram sobretudo cidades políticas. A cidade existia como centro político-administrativo que organizava o meio rural, sendo, porém, dominada e delimitada por este, uma vez que dele dependia para o seu abastecimento. A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção por excelência (Queiroz, 1972).

Algumas civilizações alcançaram grande desenvolvimento econômico, elaborando uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição, que, por sua vez, constituía parte do regime político vigente. A produção e distribuição de mercadorias era organizada principalmente através da arrecadação, armazenamento e redistribuição, sob a autoridade do chefe, do tempo, do déspota ou do senhor (Polanyi, 1988, p. 63-67).

Na Idade Média européia, o surgimento de cidades está relacionado às seguintes funções: cidadela ou palácio, santuário e mercado. Ou seja, elas eram, além de políticas, lugar do culto e de encontro (George, 1983, p. 23). Aos poucos prevalece o caráter comercial da cidade e esta passa a sediar um importante processo de acumulação de riqueza, conhecimento, técnicas e obras, tornando-se centros de vida social e política.

Neste período, a separação entre cidade e campo pode ser entendida como separação entre capital e propriedade da terra, ou seja, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra. Isto se dá quando os servos, tornados livres, passam a desenvolver trabalhos de artesãos na cidade, dando origem a uma forma de propriedade que tem por base somente o trabalho e a troca (Marx, 1987, p. 79).

“As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (idem, p. 29).

O passo seguinte no processo de divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima da cidade. As cidades passam a se relacionar umas com as outras, dando origem a um processo de especialização e a uma divisão do trabalho entre as cidades.

A produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser sobretudo imobiliária. A cidade torna-se o *locus* principal da produção, passando a influenciar diretamente o

sentido e o ritmo da produção no campo bem como sua forma de organização do trabalho. Completa-se a vitória da cidade sobre o campo, retirando-se a última aparência de naturalidade no interior da divisão do trabalho e desencadeando-se uma ampla monetarização das relações de trabalho e a crescente alienação do trabalhador.²

Polanyi analisa a ruptura que representa em relação à história a emergência da economia de mercado capitalista. Segundo ele, até o final do feudalismo na Europa Ocidental, os sistemas econômicos foram organizados segundo princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade (também chamado de “princípio do uso”), ou alguma combinação dos três. Nestes, a busca do ganho não ocupava lugar proeminente dentre as motivações econômicas, pois elas eram determinadas pela influência de normas ditadas pelo costume, lei, magia ou religião. O sistema econômico era mera função da organização social e não o contrário (Polanyi, 1988, p. 69).

Marx chama a atenção para o fato de que *somente quando o “princípio do ganho”, ou seja, o mercado, passa a regular as relações sociais é que surgem as condições para que ocorra a revolução industrial e com ela uma mudança substancial na divisão social do trabalho e no caráter da relação cidade-campo*. Isto porque é neste contexto que se firma a mudança observada em relação aos fundamentos da riqueza, que não mais se reduz à propriedade da terra como ocorria nas sociedades agrárias, mas se estende ao trabalho e à troca, como meios para se obter formas de propriedade mobiliárias que serão transformadas em capital (Marx, 1987, p. 79, 84 e 97).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e uma maior divisão do trabalho, a grande indústria universalizou a concorrência, estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, engendrando a rápida circulação e a centralização dos capitais. Este movimento criou a história mundial na medida em que tornou cada nação e cada indivíduo membro de um mesmo sistema econômico e dependente do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades (Marx, 1987, p. 94).

Surge a *cidade industrial* e com ela as grandes concentrações urbanas, apresentando extensos bairros proletários e abrigando populações camponesas expulsas do campo. A indústria também se instala fora da cidade, próxima aos recursos de que necessitava, como fontes de energia, matéria-prima, mão-de-obra.

Com a indústria e a generalização da troca e do comércio, os costumes e o valor dos costumes desaparecem quase por completo, perdurando praticamente apenas como exigência do consumo. Neste contexto o solo aparece convertido em mercadoria, o espaço se vende e se compra.

A cidade tradicional é destruída pela industrialização e, num processo dialético, a sociedade inteira tende a se tornar urbana. A *sociedade urbana* se anuncia, muito tempo depois que se estrutura a dominação urbana. A cidade em expansão prolifera e com seus subúrbios invade o campo.

Segundo Lefévre, as periferias urbanas podem se estender muito, a tal ponto que quem as atravessa não compreende bem onde começa ou termina a cidade. Aparentemente um lugar de status intermediário, a periferia é uma extensão do urbano, seu fragmento. Constitui periferia aquilo que não é mais *campo, território destinado à produção alimentar ou ao abandono*.

Para ele, o espaço urbano é o território onde se desdobra a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno. *O campo é onde a natureza prevalece, a agricultura e outras atividades a modificam, mas não lhe tiram sua prioridade “geográfica”*. Apesar de não ser exterior à natureza, o espaço urbano é mais propriamente produzido (Lefévre, 1986, p. 162).

Lefévre (1969) identifica duas importantes características do processo de urbanização: a *formação do tecido urbano* e a afirmação da *centralidade da cidade*. *O espaço rural estaria então*

2. A alienação em Marx se refere à relação do homem com os seus fetiches, que se manifesta como desarraigamento de si e perda de si mesmo. O fetiche corresponde a uma idéia socialmente construída que assume forma abstrata e, subtraindo-se à vontade do homem, à sua consciência e controle, converte-se em realidade soberana que a ele se impõe (Lefévre, 1979, p. 33-43).

cada vez mais envolvido pelo tecido urbano que, além das cidades, é constituído pelos espaços construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas.

A cidade se estende desmesuradamente e a forma da cidade tradicional explode em pedaços. A explosão da cidade acompanha a extensão do tecido urbano. Para Lefebvre o duplo processo de industrialização-urbanização produz um duplo movimento de condensação e dispersão.

Nos países “em vias de desenvolvimento” ocorre um grande impacto sobre a estrutura agrária neste período, empurrando para as cidades massas de camponeses que são acolhidos pelas favelas. Estas últimas desempenham o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, oferecendo um sucedâneo miserável à vida urbana para aqueles que abriga (idem, p.70-73).

“Em resumo, uma crise mundial da agricultura e da vida camponesa tradicional acompanha, subentende, agrava uma crise mundial da cidade tradicional. Produz-se uma mutação em escala planetária. O velho “animal rural” e o animal urbano (Marx), simultaneamente, desaparecem. Cedem eles lugar ao “homem”? Este é o problema essencial. A dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos ‘cidade’” (ibidem).

O movimento urbano relacionado ao processo de industrialização é responsável pelo surgimento de novas atividades econômicas para estruturar a circulação das mercadorias e para organizar e administrar todos os sistemas relacionados à atividade econômica. A cidade torna-se a sede destas novas funções técnicas e administrativas e da atividade de preparação de quadros para desempenhá-las por meio da difusão de cultura e de ensino (George, 1983, p. 26). A cidade torna-se o lugar onde se concebe a gestão do espaço ao mesmo tempo em que perde o significado de centro político. A centralidade se espalha no espaço que ela cria, nas relações de produção e em sua reprodução.

A sociedade em seu conjunto tende a constituir rede de cidades, interligando os espaços/fragmentos, inclusive o campo, de acordo com as atividades/funções desenvolvidas em cada lugar. O Estado, enquanto poder centralizado, é fortalecido por este processo e passa a atuar no interior de seu território a partir do controle de um determinado sistema urbano (Lefebvre, 1969, p. 11).

Concebida estrategicamente pelo Estado, a *relação centro-periferia* marca o espaço social em suas contradições. O centro inclui e atrai os elementos que o constituem como tal (as mercadorias, os capitais, as informações, etc.) mas estes cedo o saturam. De outro lado, ele exclui os elementos que ele domina (os “governados”, “sujeitos” e “objetos”) e que o ameaçam (Lefebvre, 1973, p. 22-23).

O Estado se erige como planejador e, cada vez mais associado a grandes empresas, tende a se apoderar de funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana, retirando dela poder político, desvalorizando-a. A cidade é transformada em meio, dispositivo material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo.

Há no espaço urbano em torno de cada ponto e de cada centro, grande ou pequeno, durável ou provisório, uma ordem próxima, aquela da vizinhança, e de outro lado, numa escala mais vasta, reina uma ordem distante, aquela da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado). A contradição se precisa quando a ordem distante, aquela das relações (sociais) de produção a escala global, portanto aquela de sua reprodução, invade brutalmente as relações próximas (a vizinhança, a natureza em torno da cidade, a região, as comunidades locais, etc.)

A desumanização da cidade pelo tempo da mercadoria e do capital financeiro nega a sua herança comunitária de lugar de encontro e de lutas. A cidade torna-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política.

Este movimento também é responsável pela transformação da natureza ou aquilo que é tido como tal em “gueto dos lazeres” e lugar separado do gozo, ou seja, o espaço do campo passa a integrar o modo de vida dos urbanos, sendo assim cada vez mais colonizado por eles. O campo urbanizado, colonizado pelos urbanos, perde suas qualidades, seu modo de vida particular (Lefebvre, 1969, p. 107-108).

A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela se anuncia indiretamente como tendência a fugir da cidade deteriorada, da vida urbana alienada. Esta reivindicação é um desvio do desejo de uma vida mediada pelo valor de uso, da utopia de uma vida plena na qual possamos ter atendidas, além das necessidades básicas socialmente elaboradas, as necessidades de atividade criadora, de obra, de informação, de imaginário, de atividades lúdicas etc. (Lefebvre, 1969, p. 97).

Segundo Lefebvre, “o urbano” como conceito nasce de uma nostalgia das cidades e vilas históricas, nostalgia que se ressentido do lugar que cada um habita, que frequenta, que visita quando viaja a qualquer parte. Nasce também da constatação inquietante da explosão da vila histórica que se dá ao longo da segunda metade do século XX com o processo de urbanização-desurbanização, processo inaugurado há muito, mas que é exarcebado neste período (Lefebvre, 1986, p.160).

O conceito de “urbano” aparece com a transformação daquilo que ele permite conhecer. Ele nasce com a explosão da cidade e os problemas de deterioração da vida urbana. O urbano assim concebido corresponde à forma geral do encontro e da simultaneidade (idem, p. 160-161).

O campo transformado em “gueto dos lazeres” corresponde a um desvio do desejo de uma vida plena, não alienada, desejo que também se manifesta com a afirmação do “urbano” como lugar do uso e do encontro. Lembrando Williams, os significados e imagens projetados nestes espaços decorrem dos processos sociais concretos nos quais estamos imersos. O presente ausente na oposição campo/cidade traduzida como oposição passado/futuro de que nos fala este autor é o espaço/tempo do vivido, no qual a história tem a dimensão do humano e se realiza na escala da ordem próxima, onde se evidenciam as contradições.

Além dos diferentes conteúdos assumidos pelos espaços urbano e rural no tempo como visto no breve resgate histórico acima apresentado, a contemporaneidade também comporta o diverso. A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a diferenças de ritmo e intensidade com que as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a estes espaços.

Segundo Lefebvre, a lei do desenvolvimento desigual e combinado se expressa numa dupla complexidade de influências recíprocas, as complexidades horizontal e vertical, que se manifestam no campo da seguinte maneira. A complexidade horizontal (ou espacial) é constituída por formações e estruturas agrárias diferentes pertencentes a uma mesma época histórica. A complexidade vertical (ou histórica) caracteriza-se pela coexistência de formações e estruturas agrárias de épocas diferentes (idem, p. 165-166).

A permanência de arcaísmos tem sido maior no mundo rural, no entanto, ele também tem sediado intensas e rápidas transformações, com impactos profundos em sua paisagem e organização sócio-econômica. Santos afirma que o espaço rural comporta mais facilmente mudanças na composição orgânica do capital do que se verifica nas cidades a substituição de sua composição técnica, pois é muito mais caro arrasar um quarteirão para abrir uma nova avenida do que, por exemplo, substituir máquinas, sementes e produtos químicos (Santos, 1994, p. 153).

Dado o atual estágio em que se encontra o processo de mundialização do sistema capitalista ou globalização, fica evidente a importância de diferentes formas de interação entre os níveis local, regional, nacional e global. Daí adviria uma terceira complexidade resultante da superposição de escalas geográficas, que pode ser denominada de transversal por cruzar as duas complexidades anteriores.

Apesar de estar sob a influência dessas complexidades, o campo é um espaço marcado por menos mediações do que o espaço urbano. A maior ou menor intensidade dos laços e relações próximas verificados no primeiro depende sobretudo de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra, podendo implicar questões de territorialidade e sentimento de localidade.

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

Considerações finais

A necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil se põe para o campo da mesma forma que para a cidade, pois, tanto num espaço como no outro, grande parte de nossas classes subalternas³ não alcança a plena cidadania.⁴ Elas vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o urbano a procura de melhores condições de vida.

A divisão do trabalho entre o campo e a cidade não tem comumente gerado uma nítida separação no interior das classes subalternas entre os trabalhadores rurais e os urbanos. As classes subalternas são formadas da uma maneira geral por diferentes segmentos da classe trabalhadora que desempenham atividades que exigem menor qualificação técnica e se restringem na sua maioria ao que chamamos grosseiramente de “trabalho braçal”.

Em sua trajetória errante, o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumo urbanos no campo.

A experiência de exclusão social vivida pelas classes subalternas em diferentes situações tem servido para elevar as categorias e valores tradicionais a uma posição central na visão de mundo destes sujeitos. Isso se deve à forma como eles organizam a reprodução de sua existência e ao fato de estes valores se oporem ao domínio da visão de mundo moderna que os coisifica e dá sustentação aos processos de exploração e subordinação a que estão submetidos.

No Brasil, as diferentes formas de exploração impostas às classes subalternas do campo têm a sua origem no quadro da propriedade privada e são agravadas pela condição de subordinação sócio-cultural vivenciada por estas populações. Tal subordinação decorre de múltiplos fatores, dentre eles se destaca o limitado acesso à educação formal a que tem sido submetida historicamente a maior parte de nossa população rural, e pode se manifestar por meio da forma impositiva como são inseridos no campo tecnologias e saberes produzidos em contextos sociais externos.

Algumas propostas em discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento para o nosso rural têm se apoiado em experiências recentes encontradas em países como França e Estados Unidos, onde tem se observado em alguns lugares o renascimento e a revalorização do campo com a instalação de neo-rurais (novos agricultores de origem urbana, profissionais liberais terceirizados, pessoas ligadas ao setor de serviços, etc.). Temos que estar atentos a estas mudanças e aprender

3. O conceito de subalternidade aqui empregado, de inspiração gramsciana, refere-se à dominação a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, considerando as dimensões econômica, política e cultural.

4. Entende-se cidadania como uma forma particular de pertencer a uma comunidade, que tem como consequência o acesso a uma série de direitos.

com elas. Porém, a nossa realidade é muito diferente e não podemos perder de vista as suas particularidades. Pensar políticas voltadas para assegurar a viabilidade econômica dos agricultores e outros segmentos do campo é importante, mas não se alcança o objetivo perseguido pela idéia de desenvolvimento social se estas não estão subordinadas a outras prioridades.

Neste sentido, o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como o *apartheid social*. Um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação.

A construção de uma vida digna no campo que assegure o acesso à cidadania a toda a população rural passa pela superação de diferentes formas de dominação, o que subentende a emergência das classes subalternas no campo como sujeitos políticos. Isto significa que é preciso reconhecer nos segmentos sociais que vivem no campo a capacidade de formular suas próprias alternativas. Ao mesmo tempo, faz-se necessária a máxima ampliação do acesso à informação pelas classes subalternas rurais para que estas possam se pensar no mundo criticamente.

Devemos pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana hoje estruturada, mas a partir de um esforço no sentido de identificar a contribuição que um “novo” rural possa dar para a transformação de nossa sociedade.

As histórias e geografias locais fazem a diferença, que está registrada no seio do vivido, naquilo que lhe dá substância, na cultura. Lefébvre, em várias obras, salientou a importância do cotidiano e do espaço enquanto *locus* da cotidianidade, como categorias centrais para se compreender a sociedade de consumo e se pensar as suas possíveis saídas em contraposição à ideologia homogeneizante da sociedade moderna.

A discussão sobre a construção de um “novo” espaço rural é uma condição fundamental para que se possa repensar o nosso urbano, na medida em que o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente. É por acreditar nisso que temos estado atentos às novas formas de organização social no campo.

A sociedade em movimento tem gestado algumas alternativas. Surgem novas experiências de luta no campo, nas quais os movimentos sociais têm buscado formas para permanecer na terra, afirmando sua territorialidade. Estes novos sujeitos sociais, de que são exemplo os Seringueiros no Acre e as Quebradeiras de Coco no Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, têm lutado por seu reconhecimento, chegando em certos casos a obter mudanças na nossa legislação.

Esses novos movimentos sociais em geral propõem novas formas de organização social, ou seja, novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente, novas territorialidades. Wagner (NEAD, 2001) chama a atenção para a importância do território como conceito-chave para se compreender a relação rural-urbano neste novo contexto. O território é aqui entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Por isso, ele não cabe dentro de uma divisão político-administrativa (p. 23-25).

Muitas dessas experiências não passam desapercibidas pelo Estado nem pelas agências multilaterais, que têm despertado para o valor e o poder das organizações locais na gestão da sociedade. Esta questão, juntamente com uma série de outros fatores, como por exemplo a pressão da sociedade civil nos países centrais, tem levado entidades como o Banco Mundial e o Banco do Nordeste a exigir a existência de organizações associativas em seus projetos.

A mobilização da base vem sendo estimulada pelo Estado em suas ações de desenvolvimento. No entanto, o caráter regulador do Estado entra em conflito direto com o potencial criativo que um real processo de descentralização poderia despertar, retirando-lhe legitimidade e propondo formatos institucionais.

Gostaríamos ainda de mencionar uma experiência extremamente significativa no que se refere ao cerne do que foi aqui discutido. Trata-se de uma iniciativa que tem sido desenvolvida desde meados de 1998 no assentamento Ireno Alves dos Santos, situado no centro-oeste do Paraná: a construção de uma “cidade dos sem-terra”. Uma cidade concebida pelo avesso, “é o próprio campo pensando a si mesmo em direção a uma urbanidade que se propõe transformada” (Lopes, 2002, p. 287). O sonho destes assentados é construir uma cidade que seja lugar do encontro e onde produção agrícola e atividades urbanas sejam congregadas, assim como vida camponesa ou rural e vida urbana. É montar uma estrutura sobre uma concepção social permeável à consciência e modo de vida que o meio rural produz (idem, p. 308).

O grande desafio talvez seja o de conseguir que a lógica do vivido e as lutas cotidianas consigam criar novas instituições, comprometidas com o projeto de uma sociedade menos dividida e mais justa. Para isso, nós da academia podemos participar no papel de mediadores, na medida em que rompamos com a postura cientificista e realizemos a segunda ruptura epistemológica de que nos fala Boaventura de S. Santos (2000), passando a contribuir na construção de um “senso comum esclarecido” juntamente com os representantes das demais formas de saber.

“A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída” (Santos, 2000, p. 43).

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária*. Campinas, v. 28 e 29, n. 1, 2 e 3 e n. 1, p. 49-67, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.
- ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro?. *Terra Livre*. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.
- _____. *O MST/RJ, o rural, o urbano e a pluriatividade*. Rio de Janeiro: [19—]. (mimeo.)
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CASTRO, A. C. Agribusiness brasileiro e o papel do sistema de transportes intermodal. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L. F.; SILVA, F. C. da (orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 177-208.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GRABOIS, J. Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 13, n. 36, maio/ago. 1999.
- _____. *O habitat e a questão social no noroeste fluminense*. [s.l.]: 2001. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq)
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFÉBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-177.
- _____. *O marxismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- _____. *La survie du capitalisme*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1969. p. 163-177.
- LOPES, J. M. de A. “O dorso da cidade”: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 283-326.
- MARQUES, M. I. M. *De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 237p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).
- MARTINS, Sérgio M. M. *Cidade sem infância: no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993. 221p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana)
- MARX, K. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NEAD. *Brasil na virada do milênio: encontro de pesquisadores e jornalistas*. São Paulo/Brasília: USP/MDA, 2001. (Textos para Discussão, n. 3)
- NISBET, Robert A. Comunidade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 255-262.
- _____. As idéias-unidades da sociologia. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986a. p. 41-61.
- _____. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2. ed, São Paulo: Hucitec, 1986b. p. 62-76.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural ao urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Biblioteca Nacional, 1972.
- SANTOS, B. de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. 200p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).
- SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T e QUEDA, O. (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1972.
- SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.